



## **O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS: FORMAÇÃO, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS**

Iva Alves da Costa, Francisco Albertino Gomes, Roxana Silva, Alberani Medeiros de Araújo

*Universidade Vale do Acaraú, [ivasilva.silva@bol.com.br](mailto:ivasilva.silva@bol.com.br)*

*Universidade Vale do Acaraú, [albertinojp@hotmail.com](mailto:albertinojp@hotmail.com)*

*ETEC Jundiá-UFRN, [roxana\\_silva30@hotmail.com](mailto:roxana_silva30@hotmail.com)*

### **Resumo**

Este trabalho tem o objetivo de analisar a formação e o trabalho que é realizado pelos Intérpretes em Língua de Sinais, especificamente, o profissional que atua na interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Para tanto se fez necessário um estudo bibliográfico, o que possibilitou compreender o interesse e as dificuldades dessa área. Utilizamos para fundamentar a investigação os postulados teóricos de autores que pesquisam a temática do intérprete e da surdez. A análise destaca a importância do intérprete no processo educacional e social do surdo, no entanto a sua formação se dá através de cursos de extensão por universidades públicas ou privadas, no tocante ao trabalho desenvolvido pelos intérpretes pode evidenciar que os mesmos necessitam da formação para atuarem como intérpretes.

**Palavras-chave:** Intérprete, formação, surdez.

### **Abstract**

This work has the objective of analyzing the training and the work that is performed by the Interpreters in Sign Language, specifically, the professional that acts in the interpretation of the Brazilian Sign Language. For that, a bibliographic study was necessary, which made it possible to understand the interest and the difficulties of this area. We used to base the investigation on the theoretical postulates of authors who research the theme of interpreter and deafness. The analysis emphasizes the importance of the interpreter in the educational and social process of the deaf, however, their formation is through extension courses by public or private universities, in relation to the work developed by the interpreters can evidence that they need training to act How do you interpret.

**Keywords:** Interpreter, training, deafness.



## **Introdução**

Em 1987, foi fundada a Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS), organização representativa dos surdos, que vem desenvolvendo um trabalho sério com propósitos culturais, lingüísticos, educacionais e sociais, apoiada por diversas outras associações a ela filiadas. Apesar dessas e outras importantes iniciativas relacionadas à questão da educação de surdos, a falta de uma política séria no Brasil leva, hoje, a um quadro não muito diferente daquele encontrado em 1750.

A proposta do bilingüismo para surdos, adotada na ARPEF (Associação de Reabilitação e Pesquisa Fonoaudiológica), teve início em 1990, com um pequeno grupo de crianças. A passagem de uma proposta oralista para a proposta do bilingüismo foi difícil e exigiram da equipe técnica, segurança e firmeza nessa nova filosofia.

Essa segurança e esse acreditar vieram a partir de estudos científicos relacionados às áreas da Lingüística, Psicolingüística, Sociolingüística, Neurologia, Neuropsicologia, Psicologia, Sociologia, Audiologia e Fonoaudiologia, assim como, através da convivência com surdos adultos e de seus relatos sobre experiência enquanto crianças e adolescentes, quando viviam “integrados” na sociedade de ouvintes. Portanto, nossa compreensão da importância da utilização da Língua de Sinais na educação da criança surda não surgiu a partir de um possível descrédito ou fracasso com a nossa proposta de oralização: ela foi determinada por um olhar novo, dentro de umas perspectivas mais amplas, apoiadas em bases científicas e humanísticas.

A maior parte dos países, assim como o Brasil, não adota uma política educacional para surdos baseada em apenas uma filosofia, cada profissional ou instituição adota a filosofia que considera mais eficaz. No entanto, em alguns países como a Suécia, o Bilingüismo é a única filosofia utilizada em âmbito nacional.

A fase de ausência quase total de leis que amparassem principalmente os direitos lingüísticos do surdo foi amplamente modificada. Com o reconhecimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais) no país, observa-se uma intensa movimentação que culminou com determinações governamentais expressas através de leis, decretos. Os direitos lingüísticos dos surdos estão agora amparados pelas políticas públicas que se manifestam através da garantia de acesso e permanência desse aluno dentro das escolas regulares de ensino, embora na prática, nem sempre possamos identificá-las.



Após o reconhecimento da Língua de Sinais em 24 de abril de 2002 pelo Decreto Lei 10.436, a estruturação da educação de surdos nos moldes propostos pelo modelo inclusivista, traz o bilinguismo, como orientador das ações que devem se desdobrar, daí, marca mudanças radicais na vida do surdo e da escola que teve a incumbência de implantar um trabalho pedagógico voltado a efetivação dessa proposta, pois o Artigo 3º assegura que a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior de instituições públicas e privadas. Vale salientar ainda que a acessibilidade para surdos também deva ser garantida pela presença do intérprete de Libras que consta desta mesma Lei no seu Artigo 18.

Considerando que no Brasil o ensino tardio da Libras nas escolas, acrescentam mais dificuldades à questão principal da perda auditiva. Segundo Fernandes (2005) os surdos, em sua grande maioria, crescem em famílias de pais que falam e ouvem o português e não adquirem esta língua precocemente. Deste modo, frequentando escolas em que o ensino é realizado em língua portuguesa, com pouquíssimos professores que dominam a LIBRAS, resultam em aquisições mais tardias. Portanto, o não compartilhamento dessas duas línguas desde a infância, não atende as principais recomendações desse modelo, uma vez que a presença do intérprete de Libras não garante a aprendizagem.

Este recorte tem como objetivo analisar a formação e o trabalho que é realizado pelos Intérpretes em Língua de Sinais, especificamente, o profissional que atua na interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Diante disto se fez necessário compreender os fatores que determinam a formação do profissional interprete de sinais, verificar como se dá o processo de ensino aprendizagem do surdo através do interprete em sala de aula. Para tanto justifica-se esta investigação tendo em vista que a interpretação é uma das atividades mais antigas da história.

A interpretação se difundiu ao longo da história da humanidade devido vários fatores, como por exemplo, a religião: povos de diversas religiões viajavam a terras estrangeiras para difundir suas crenças, o cristianismo sempre procurou expandir-se, e já em 1253, Guilherme de Rubruck foi enviado a Ásia por Luis IX acompanhado de intérpretes, numa missão religiosa. Outro fator que contribuiu para o avanço da interpretação foi a *era* das Grandes Descobertas, quando a Europa entrou em contato pela primeira vez com a América. Assim como ocorria na Antiguidade Clássica, alguns nativos aprendiam a língua dos conquistadores e serviam de mediadores nas negociações. Uma das mais famosas intérpretes da história,

Doña Marina, era mexicana, e serviu a Cortez em suas expedições.

Historicamente a interpretação é mais antiga do que a tradução, que depende da palavra escrita, mas ela se subtrai à qualificação documentada, uma vez que reside exclusivamente no âmbito da palavra falada. Apenas desde a intervenção dos meios de gravação tornou-se possível documentar a ação dos intérpretes (THEODOR, 1980, p. 16). O conhecimento sobre o trabalho que os intérpretes de línguas orais realizaram no passado tende a ser derivado de fontes tais como: cartas, diários, memórias e biografias dos próprios intérpretes.

## **2 A INTERPRETAÇÃO NA HISTÓRIA**

### **2.1 Abordagem histórica**

No passado, os usuários dos serviços de interpretação não distinguiam como fazemos hoje, entre as diferentes categorias de intérpretes: Intérprete de Conferências, de tribunal, acompanhamentos e comunitários, esses profissionais podem ser classificados de acordo com os vários papéis desempenhados: o serviço do Estado ou de uma religião, em expedições de descoberta ou conquista, a serviço de militares ou da diplomacia, muito embora essas categorias às vezes se embaralhem. De qualquer modo, no passado os intérpretes foram não só testemunhas da história, mas também participaram do seu desdobramento (DELISLE; WOODSWORTH, 2003).

Na tradução, como em muitas outras atividades sociais e intelectuais, as mulheres também foram discriminadas, na história do ocidente as mulheres foram tratadas diferentes. Durante a Idade Média e a Renascença, a tradução era vista como um dos poucos campos da produção literária abertos ao sexo feminino. Na Inglaterra, as mulheres estavam limitadas apenas à tradução de textos religiosos. Em 1603, John Florio (c. 1553 – 1625), tradutor de Montaigne para o inglês, tornou explícito o vínculo entre a tradução e o status feminino utilizando uma frase de punho machista: “*Como as traduções são sempre imperfeitas devem ser femininas*”. A sexualização da tradução aparece de forma mais familiar com outra expressão *lès belles infidelles* – como as mulheres sugerem o aforismo, as traduções deveriam ser belas ou infiéis. As traduções são como as mulheres. Se belas não são fiéis, se fiéis não são belas. No entanto, quando um trabalho de uma tradutora era publicado, na sua grande maioria era mantida em anonimato.



No século XX, intelectuais feministas como Susanne Harwook, Barbara Goolard e outras penetravam na esfera política com base na nova consciência da mulher refletida na linguagem. Elas apresentaram seu trabalho como tradutoras procurando recolocar o papel da mulher refletida na linguagem. Trabalhando sobre textos latino-americanos (Levene) ou canadenses (Lotbinière-Harwook, Godard), levaram ao primeiro plano o papel do tradutor, desafiando as hierarquias tradicionais de autoridades e procurando dar nova preeminência a voz feminina na tradução.

## **2.2 A tradução simultânea: uma perspectiva histórica**

A profissão de intérpretes é mencionada já na Bíblia, mas o início da interpretação profissional foi na Europa, pela proximidade geográfica de vários países, falando idiomas diferentes. Desde então, os equipamentos e as técnicas de interpretação evoluíram muito e os padrões profissionais também. Atualmente, há cursos para a formação de intérpretes e estudiosos investigam os complexos mecanismos neurológicos, psicológicos e linguísticos envolvidos na tradução.

A tradução simultânea foi usada pela primeira vez durante os julgamentos dos nazistas após a Segunda Guerra Mundial. A modalidade de interpretação usada até então era a consecutiva. Mas, como era necessária a tradução para quatro idiomas, esta forma deixou de ser viável. Os julgamentos teriam sido bem mais longos sem o advento da tradução simultânea. Ao longo de décadas a interpretação simultânea vem ajudando pessoas e empresas a superarem barreiras linguísticas. Contudo, somente profissionais qualificados podem garantir a comunicação eficiente e produtiva. Naquela época, a interpretação consecutiva ainda era o padrão nos encontros internacionais, sendo a simultânea muito cara e complicada de se usar nos tempos da II Guerra Mundial. Nos encontros da Liga das Nações em Genebra, por exemplo, fazia-se uso das interpretações consecutivas nos idiomas, inglês e francês. Por volta dos anos 70 surge a interpretação comunitária na Austrália, para descrever a interpretação feita em contextos públicos e os clientes individuais que não falam a mesma língua. Embora o termo seja recente, pode-se dizer que esta modalidade tem origem nos primórdios da interpretação.

Na interpretação comunitária o intérprete estabelece a comunicação nos casos em que o fornecedor de um serviço público e o cliente não fala o mesmo idioma, cobrindo as áreas, legal e médica, além de serviços sociais em geral.



Na interpretação simultânea, o intérprete fala ao mesmo tempo em que o orador. Geralmente o intérprete permanece numa cabine com isolamento acústico, usando fones de ouvido para ouvir o discurso e falando através de um microfone para o público que, por sua vez, ouve o discurso traduzido pelo intérprete. Neste sentido o profissional intérprete precisa desenvolver de forma rápida o raciocínio e a flexibilidade de expressão, baseadas em uma formação que vai muito além do conhecimento do idioma. É necessário treinamento específico em intérprete, técnica vocal e conhecimentos gerais abrangente, além de aprimoramento contínuo, com leitura de publicações especializadas e participação em seminários e congressos. Intérpretes qualificados são conhecedores que o cérebro só mantém seu nível máximo de concentração por um tempo determinado e, portanto, jamais trabalham sozinhos.

Há também a tradução sussurrada, em que o intérprete fica próximo a pessoa que o acompanha e traduz o discurso original. Essa modalidade é utilizada geralmente, em audiências e outras situações para facilitar a comunicação em que há diferença de idiomas. Na interpretação consecutiva, o intérprete começa a interpretar depois da colocação do orador, e o discurso pode ser dividido em seções. Geralmente o intérprete posiciona-se ao lado do orador, e quando ele termina o intérprete reproduz a mensagem na língua de destino.

Ainda se acrescenta outro tipo de interpretação além das citadas anteriormente, a interpretação intermitente. Essa modalidade intermitente não é estudada ainda por pesquisadores, mas já citada por alguns teóricos, por não ser utilizada por profissionais em eventos de caráter internacional. Esta é vista apenas em reuniões nas quais se pede a uma pessoa que conhece as duas línguas, sem qualquer treino em interpretação para que se coloque ao lado do palestrante e traduza o que está sendo dito. Esse processo centra-se basicamente na tradução das palavras ditas, portanto, esse trabalho não pode ser confundido com a modalidade de interpretação consecutiva. Poucas atividades humanas conseguem atingir o nível de complexidade intelectual da tradução. Esse processo, fundamental para a aproximação e comunicação de culturas, sobretudo nos atuais momentos de globalização, exige-se da humanidade praticamente um conhecimento sólido de pelo menos dois idiomas.

### **2.3 O início da interpretação no Brasil**

Em termos documentais a tradução oral teve início com o achamento do Brasil. A tradução escrita, por sua vez, faz sua primeira



aparição somente em 1549, com a vinda dos jesuítas, praticamente limitada, durante séculos aos universos escolares e burocráticos, e para línguas-alvos diferentes do português. (WYLER, 2003, p. 29).

Faz-se necessário compreender o contexto linguístico do Brasil - Colônia para que possamos entender a razão do grande crescimento do trabalho do intérprete. Segundo WYLER (2003), no início do século XVI, habitou no Brasil, a nova colônia portuguesa, povos indígenas ágrafos, com diferentes tradições, distribuídos pelo litoral. Esses povos falavam centenas de línguas e dialetos que poderiam ser classificados em 102 grupos e três ramos linguísticos: o tupi, o macro-gê e o aruaque. É possível supor que tal diversidade linguística assimilasse o bilinguismo ou o plurilinguístico e, conseqüentemente, a tradução intragrupal, aumentando dessa forma a atividade dos intérpretes.

Além dos índios e portugueses, um terceiro grupo de culturas contribuiu de forma significativa para a formação da babel que o padre Antônio Vieira dizia existir entre 1688 na terra Basílica e conseqüentemente para o crescimento da atividade dos intérpretes, as africanas. (WYLER, 2003, p. 32).

Desde o descobrimento do Brasil até a abertura dos portos, outros europeus, legal e ilegalmente, frequentavam o território brasileiro, contribuindo dessa forma para multiplicar o número de intérpretes durante o período colonial e também depois dele, pois o grande confronto linguístico exigiu a presença de mediadores – os línguas ou intérpretes – para que a comunicação entre os povos se tornasse viáveis (WYLER, 2003). A citação frequentemente de intérpretes nos textos de viajantes e administradores nos séculos que se seguiram ao achamento, atesta a importância desse ofício na vida colonial. (WYLER, 2003, p. 37).

A regulamentação da profissão de intérprete no Brasil, porém, só ocorre em 17 de novembro de 1851, um ano após a elaboração do Código e Regulamento Comerciais, que determinavam que os documentos passados em países estrangeiros só seriam considerados competentes se traduzidos para a língua nacional e quando a tradução fosse realizada por intérprete público, nomeado pelos Tribunais de Comércio (WYLER, 2003).

O Decreto Imperial nº 863, de 17 de novembro, “Estabelece Regulamento para os intérpretes de comércio da Praça do Rio de Janeiro”, delegando sua nomeação e fixação dos seus emolumentos ao Tribunal do Comércio da Capital do império. Sujeitou-se às mesmas condições impostas aos comerciantes para se estabelecerem, além da necessidade de comprovar o conhecimento prático de línguas estrangeiras e de pagar impostos anuais

devidos. O exercício da profissão foi expressamente proibido às mulheres. (WYLER, 2003, p. 43 e 44).

Durante os próximos cem anos, as mulheres foram penalizadas, pois foram impedidas de exercer o ofício de intérpretes no Brasil, ficando a profissão de intérprete de comércio, restrita a uma rotina burocrática que só começou a sofrer as primeiras modificações na década de 1940. Em consequência, as reformas promovidas no serviço público pelo governo Getúlio Vargas e a Segunda Guerra Mundial (WYLER, 2003). Somente a partir de 1943 as mulheres adquiriram o direito de exercer o ofício de intérpretes, agora obrigatoriamente juramentadas mediante concurso público.

O Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, estabeleceu que a nomeação de intérprete fosse feita mediante concurso público classificatório e universal, promovido pelas Juntas Comerciais, e assegurou as mulheres o acesso à profissão – na qual, hoje, elas são a maioria. (WYLER, 2003, p. 45).

Diferentemente das mulheres intérpretes de línguas orais, as mulheres intérpretes de língua de sinais, nunca foram expressamente proibidas de exercer a atividade. Ao contrário, por ser a atividade relacionada ao assistencialismo e a língua de sinais ser uma língua minorizada e minoritária, sempre tem sido, de certa forma, estimulada a presença de mulheres no ofício de intérpretes de língua de sinais.

#### **2.4 A formação do Tradutor intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa e sua atuação na educação do surdo**

Dentre as muitas línguas do Brasil, a língua de sinais brasileira (LSB ou Libras) foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.696 de 22 de dezembro de 2006. Esse apoio da legislação fez com que testemunhássemos de uma forma impressionante, a visibilidade dos interpretes de língua de sinais (ILS) crescerem cada vez mais. Já não é incomum assistir a interpretação em: janelas de televisão, em programas políticos, campanhas governamentais e conferências com a atuação, ao vivo de ILS. No entanto, a área carece de uma base teórica mais consistente para amparar a formação e os estudos dos ILS.

No entanto, assume-se uma concepção discursivo-enunciativa de linguagem, tendo como base os postulados de Mikhail Bakhtin leva-nos necessariamente a uma compreensão bastante diversa sobre os processos implicados na prática da tradução e interpretação de sentidos: Um trabalho de e com a linguagem (LODI,

2007). Isto porque se entende que o discurso, concebido com “A língua em sua integridade completa e viva” (BAKHTIN, 2003, p.81). Ao materializar-se nas enunciações, constituiu-se como o verdadeiro campo da vida da língua. Além disso, por sua natureza dialógica, fazem-se nela presentes diversos estilos de linguagem, dialetos sociais e territoriais que convivem e dialogam, nem sempre de maneira harmônica, nos processos de interação verbal, situação em que o signo é formado (LODI, 2007), é que precisa ser do conhecimento do profissional tradutor intérprete. Essa questão nos faz refletir sobre competência e habilidade na formação do intérprete de língua de sinais, para isso, o atual estudo também buscou fundamentação teórica e Phillipp Perrenoud (2001) que apontam competência e habilidade com sendo, sem dúvida, uma das mais importantes com os quais os profissionais hoje vem convivendo e buscando desenvolver sua prática.

Mas para descrevermos habilidades e competência é necessário defini-las, pois o conceito de competência atualmente tem sido bastante difundido no Brasil, trazendo duas concepções, a primeira seria a visão de levar ILS a mobilizar recursos, conhecimentos e valores de modo a propiciar e desenvolver suas habilidades cognitivas, afetivas e emocionais e a segunda seria a busca de favorecer que o ILS faça escolhas, tome decisões e ajam de modo pertinente em determinadas situações. Esse ILS vive constantemente num mar de desafios, com a necessidade de agir na urgência de modo que o seu cotidiano lhe solicite tomadas de decisão emergenciais baseadas em sua prática e em sua competência – que aqui definiremos como conhecimento, valores e recursos disponíveis. Somente o conhecimento da língua de sinais não basta para se interpretar o conteúdo em diferentes situações. O que é preciso então? É preciso algo mais, algo que parece não ser dado de forma fácil e objetiva, algo que não se aprende somente com a memorização de grande quantidade de sinais.

Por isso, pensando em competência na formação do ILS utiliza-se a definição de Perrenoud (1999) quando diz que precisa agir com competência. Nesse sentido, o autor está definindo competência como a necessidade de não se perder as coisas da nossa realidade, a necessidade de agregar o que temos para que haja realizações no cotidiano, ou seja, a competência nesse contexto está relacionada ao domínio do intérprete, a sua capacidade de mobilizar meios para enfrentar e vencer uma dificuldade, ver ou analisar com cuidado e atenção seus hábitos, renovar e criar condutas que favoreçam a realização de algo significativo e a utilização das habilidades disponíveis.

## **Conclusão**



Ao refletirmos o momento atual de educação de surdos vivenciada no momento dos estágios supervisionados imagino mudanças nas formações de professores, tarefa bastante delicada nos tempos atuais, pois mesmo sendo necessárias, ao se cogitar mudanças de matrizes curriculares de cursos superiores de licenciaturas, se estipula uma “guerra” entre diretores, coordenadores e corpo docente principalmente.

Nada adianta se falar na inclusão do surdo, se o professor no seu período acadêmico, nunca ouvir falar, ou foi estimulado pelo menos pensar no assunto.

Na tentativa do oferecimento de uma educação igualitária, o educador deve primeiramente pensar como agente inclusivo, se sentir realmente à vontade para praticar a inclusão em suas aulas.

Acredita-se não ser possível pensar a formação de professores para alunos surdos de maneira isolada, contudo essa formação plural deve ter suas consequências refletidas na sociedade como um todo se faz importante então repensar a escola, a aprendizagem e a formação do professor para atender a diversidade.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRITO, L. F. **Integração social e educação dos Surdos**. Rio de Janeiro: Babel 1993.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro. 1995.

LACERDA, C. B. F. **O Intérprete educacional de Língua de Sinais no ensino fundamental**: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI A.C. B. ET.al (orgs). Letramento e Memórias. Porto Alegre: Mediação 2002. P. 120 – 128.

\_\_\_\_\_. **O intérprete de Língua de Sinais no contexto de uma sala de aula de aluno ouvintes**: problematizando a questão; In LACERDA, C.B.F.; GOES, M.C.R.. (orgs.). **Surdez**: Processo educativo e subjetividade. São Paulo: Lovese, 2000.

LANKESHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica**: do projeto à implementação. Rio Grande do Sul: Artmed, 2008.



MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PAGURA, R. **A interpretação de Conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores**. DELTA, vol 19, n. spe, 2003, P. 209-236.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Artmed, 1999.

PERRENOUD, P; THULER, M.G. **As competências para ensinar no século XXI**. Artmed, 2002.

PIRES, C. L. **O intérprete de Libras: Um olhar sobre a prática profissional**. In: V Seminário Nacional do INES: Surdez desafios para o próximo milênio, Rio de Janeiro 2000.

RONAIS, P. **Escola de tradutores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

ROSA, A. S. **A presença do Intérprete de Língua de Sinais na mediação Social entre surdos e ouvintes**. In cidadania e Surdez e Linguagem, SILVA, I.R.;

THEODOR, E. **Tradução: ofício e arte**. São Paulo: Cultrix, 1996.